



**MPCE**  
Ministério Público  
do Estado do Ceará

**CAOCIDADANIA**  
Centro de Apoio Operacional  
de Defesa da Cidadania

## **Proposta de Capacitação sobre Capacidade Jurídica, Pessoa com Deficiência e o Sistema de Justiça no Brasil**

**Objetivo:** Qualificar operadores do direito sobre a capacidade jurídica das pessoas com deficiência, identificando e corrigindo equívocos na aplicação das normativas vigentes, especialmente no que tange às “interdições totais”, a incompreensão sobre os direitos existenciais das pessoas com deficiência e as exigências indevidas de curatela para, por exemplo, a concessão de benefícios sociais e outros exercícios de direitos.

### **Módulo 1: Introdução ao Conceito de Capacidade Jurídica**

1. Definição de Capacidade Jurídica: Capacidade de direito (gozo) e capacidade de fato (exercício).

- Princípios fundamentais da capacidade jurídica.
- Sistema jurídico de apoio

2. Evolução Histórica da Capacidade Jurídica:

- Perspectiva histórica e marcos legais.
- Análise do paradigma da incapacidade e sua superação.

3. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) - Princípios e Disposições Gerais:

- Princípio do respeito pela dignidade inerente, autonomia individual e independência das pessoas.
- Igualdade e não discriminação.
- Direitos existenciais (CDPD e LBI)
- Artigo 12: Igual reconhecimento perante a lei e comentário No. 1 da ONU

### **Módulo 2: Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e Capacidade Jurídica**

1. Visão Geral da LBI:



**MPCE**  
Ministério Público  
do Estado do Ceará

**CAOCIDADANIA**  
Centro de Apoio Operacional  
de Defesa da Cidadania

- Objetivos e principais disposições da LBI.
- Artigo 84: Direitos das pessoas com deficiência ao exercício da capacidade legal.

2. Substituição da Interdição Total:

- Extinção da interdição total e o modelo de tomada de decisão apoiada.
- Casos práticos e jurisprudência relevante.

3. Curatela:

- Definição e aplicabilidade restrita.
- Limitações da curatela e o papel do curador.
- Critérios para a aplicação da curatela de forma proporcional e subsidiária.

4. Tomada de Decisão Apoiada:

- Conceito e fundamentos.
- Processo de implementação e benefícios.
- Estudos de caso e boas práticas.

Módulo 3: Equívocos Comuns, Práticas Discriminatórias e Ferramentas para os Operadores de Direito.

1. Interdições Totais:

- Identificação e correção de práticas ultrapassadas.
- Impactos negativos da interdição total.

2. Exigência de Curatela para a concessão de benefícios:

- Análise crítica e alternativas.
- Exigência indevida de curatela e as violações de direitos.

3. Ferramentas e Recursos para os Operadores do Direito

- Diretrizes para a correta aplicação das normas vigentes.
- Ferramentas para apoio à tomada de decisão.

Módulo 4: Conclusão e Reflexão Final:

a) Importância da Capacidade Jurídica:

- Reflexão sobre a autonomia e dignidade das pessoas com deficiência.



**MPCE**  
Ministério Público  
do Estado do Ceará

**CAOCIDADANIA**  
Centro de Apoio Operacional  
de Defesa da Cidadania

- Compromisso com a promoção dos direitos humanos e a justiça social.

b) Compromisso dos Operadores do Direito:

- Responsabilidade na aplicação justa e equitativa das leis.
- Necessidade de uma abordagem centrada na pessoa e baseada nos direitos.

**Metodologia**

- Aulas expositivas com especialistas na área de direitos das pessoas com deficiência e capacidade jurídica.
- Discussões em grupo e estudos de caso para aplicação prática dos conceitos.
- Material didático complementar, incluindo legislação, jurisprudência e artigos acadêmicos.
- Avaliação contínua com *feedback* e suporte para dúvidas.

**Duração**

- 12 horas distribuídas em 4 módulos, com encontros semanais de 3 horas.

**Recursos Necessários**

- Sala equipada com recursos audiovisuais.
- Acesso a materiais didáticos e legislativos.
- Plataformas de ensino a distância, se necessário.

Essa capacitação visa assegurar que os operadores do direito estejam plenamente informados e capacitados para garantir que os direitos das pessoas com deficiência sejam respeitados e promovidos, conforme os princípios estabelecidos na CDPD e na LBI, evitando práticas discriminatórias e promovendo a autonomia e dignidade dessas pessoas.

---

**CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA CIDADANIA – CAOCIDADANIA**

Rua Maria Alice Ferraz, 120, Bairro Luciano Cavalcante, CEP: 60811-295

Contatos: 85 3252-6352 / WhatsApp: 85 98563-3795- e-mail: caocidadania@mpce.mp.br